

ATA N.º 06/2020

---- Reunião ordinária do dia oito de abril de dois mil e vinte.-----

---- No dia oito de abril de dois mil e vinte, reuniu o órgão executivo ordinariamente, através de videoconferência, com a participação de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro, para redação da respetiva ata.-----

---- Foram registadas as seguintes participações: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores. -----

---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----

---- A ata da reunião de 11 de março de 2020, foi aprovada, por unanimidade, pelos membros António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Ordem de Trabalhos

- Apoio ao Arrendamento Urbano – Abertura de Período de Candidatura-----
- Apoio às Coletividades – Prolongamento da Data de Candidatura-----
- Auto de Medição n.º 4 da Empreitada “Travessa da Variante de Cedrim – Alargamento e Pavimentação”-----
- Auto de Medição de Trabalhos a Menos n.º 1 da Empreitada “Travessia da Variante a Cedrim – Alargamento e Pavimentação”-----
- Processo Disciplinar Comum n.º 1/2019 – Decisão-----
- Reforço de Sinalização no Jardim de Infância de Talhadas-----
- Aquisição Amigável de Terreno da Empreitada “Alargamento da Rua da Portelada – Dornelas”-----
- Auto de Medição n.º 26 da Empreitada “Centro Escolar de Sever do Vouga”-----
- Auto de Receção para Efeitos de Libertação de Caução da Empreitada “Gestão de Combustíveis Florestais” (autos 12 e 13)-----
- IPSS – 2º Adiantamento do Subsídio Anual-----
- Isonção Temporária da Tarifa de Estacionamento-----
- Centro Escolar de Sever do Vouga – Trabalhos a Mais-----
- Apoios ao Associativismo – Adiantamento-----
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga – Subsídio Extraordinário-----
- Auto de Receção para Efeitos de Libertação de Caução da Empreitada “Gestão de Combustíveis Florestais” (auto 14)-----
- “Remodelação do Edifício Sede do Município de Sever do Vouga” – Prorrogação de Prazo-----
- “Qualificação do Espaço Público – 2ª Fase” – Prorrogação de Prazo-----
- IPSS – Análises ao SARS 2 (Covid-19)-----

Período de Antes da Ordem do Dia

Resumo Diário de Tesouraria:-----

Em 03 de abril de 2020, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = € 1 155 893,78 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e três euros e setenta e oito cêntimos) e operações não orçamentais = € 556 411,44 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e onze euros e quarenta e quatro cêntimos).-----

Fundos Disponíveis: - Em 03 de abril de 2020, os fundos disponíveis apresentavam o valor em euros de € 1 429 517,11 (um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e dezassete euros e onze cêntimos).-----

Correspondência:-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação contida nos mapas, nas informações e nos outros documentos a seguir indicados: -----

- Conta Corrente de Fundos Disponíveis;-----

- Mapa de Bens e Serviços Adjudicados;-----
Paulo Martins perguntou quem fazia a gestão do campo experimental, constante do mapa de bens e serviços adjudicados, e perguntou o que é que iria ser feito naquele campo.-----
O presidente da Câmara Municipal disse que o campo experimental era, atualmente, gerido pelo município e que o arranjo do mesmo tinha sido alvo de uma candidatura, aprovada pela CCDR, no âmbito da tempestade Leslie.-----
- Mapa de Empreitadas Adjudicadas;-----
- Mapa Obras em Curso.-----

Intervenções:-----

Ricardo Silva perguntou, se a Câmara Municipal tinha adquirido o material de proteção para as IPSS, Bombeiros, GNR e profissionais de saúde.-----

O presidente da Câmara informou que, desde o início, o município tinha estado a adquirir vários materiais e que o mesmo tinha sido distribuído, logo no início da fase mais complicada, às IPSS. Referiu que, aos Bombeiros, tinha sido atribuído muito pouco, uma vez que aquela entidade ainda tinha algum material e pelo facto de se aguardar a chegada de uma grande remessa, encomendada à China por parte de alguns municípios da CIRA.-----

Ricardo Silva continuou a sua intervenção para perguntar quem é que fornecia os dados que estavam a ser publicitados pela Câmara Municipal. Mais perguntou se alguma coisa estava a ser pensada em relação aos impostos municipais.-----

O presidente da Câmara informou que estavam a ser publicitados os números oficiais do ACeS do Baixo Vouga e da Proteção Civil, uma vez que são dados que saem diariamente enquanto os dados da Direção Geral da Saúde estão atrasados. Relativamente aos impostos municipais, informou que essa situação estava a ser pensada para o próximo ano e que iria aguardar a evolução da atual situação.-----

Pedro Lobo interveio para perguntar quem constava dos números publicitados, se eram as pessoas com morada fiscal em Sever do Vouga ou as pessoas que estão inscritas no Centro de Saúde.-----

O presidente da Câmara disse serem as pessoas com residência fiscal no concelho e, ainda, os que estão inscritos no Centro de Saúde.-----

Pedro Lobo continuou a sua intervenção para dizer que, no dia 20 de março, tinha recebido um ofício do senhor presidente da Câmara a cancelar a última reunião de Câmara. Mais referiu que, no dia 21 de março, o PSD enviou uma carta, por e-mail, ao senhor presidente da Câmara, à qual o senhor presidente teve a gentileza de responder, nomeadamente com o que estava a ser feito. Depois, perguntou se o presidente da Câmara tinha recebido o e-mail que tinha enviado, sete dias após do cancelamento da reunião de Câmara, a solicitar o seu reagendamento.-----

O presidente da Câmara disse ter recebido o e-mail e que, quando uma reunião é cancelada, é óbvio que os assuntos ficam para analisar na reunião a seguir, portanto, entendia não haver necessidade nenhuma de reagendar essa reunião.-----

Pedro Lobo retomou o uso da palavra para dizer que, numa altura em que foi decretado o estado de emergência nacional, aqueles que foram eleitos pelo povo, para os representarem, deveriam ser ouvidos. De seguida, colocou algumas questões: quando iriam ser realizados os testes ao COVID-19 aos utentes das IPSS e se os funcionários daquelas instituições também iriam ser testados; se o IMI iria ser isentado, assim como o pagamento de água, luz, taxa recolha do lixo e taxas camarárias.-----

O presidente da Câmara respondeu que já estavam a ser efetivados os trabalhos de testes, em conjunto com as IPSS, que dizem quantos é que querem e o que pretendem no imediato. Quanto ao IMI, e como já tinha respondido ao vereador Ricardo Silva, informou que essa situação estava a ser estudada. Relativamente às outras taxas, algumas daquelas que podiam ser isentadas, ou suspensas, tinham-lo-sido, nomeadamente os estacionamento, e algumas rendas de espaços camarários utilizados por particulares. No entanto, as tarifas da água eram competência da AdRA e não do município.-----

De seguida, Pedro Lobo referiu que o site do município continuava a ser uma confusão e devia ser simplificado de forma a que o COVID-19, nesta altura, seja a informação principal. Relativamente aos pagamentos dos protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia, relativamente às atividades diversas e investimentos de 2019, perguntou qual era o ponto de situação.-----

Relativamente à informação sobre o COVID-19, o presidente da Câmara disse que a mesma estava muito fácil de perceber e em primeiro plano no site.-----

Foi dada a palavra ao Diretor de Departamento para que pudesse explicar o ponto de situação com os apoios às freguesias, para responder a uma questão colocada, tendo dito que o processo estava na sua posse e que a proposta era para ter sido feita em janeiro ou fevereiro, e não foi feita porque faltava uma freguesia apresentar o pedido. Mais disse que iria ser executado o mais rapidamente possível.-----

Voltando à sua intervenção, Pedro Lobo disse não ter visto uma resposta, por parte do presidente da Câmara, ao e-mail enviado por parte da arquiteta Ana Martins, relativamente à cheia da EDP e perguntou qual era o ponto de situação relativamente àquele processo.----

O presidente da Câmara disse que não tinha de responder ao e-mail porque o mesmo tinha sido enviado para que pudesse ter conhecimento da situação. Mais disse estar em contacto com a arquiteta, e outros queixosos, e que todo esse processo estava com a jurista do município para análise, pois havia a hipótese de lançar uma ação popular, uma vez que o Tribunal não aceitou a queixa crime apresentada pelos particulares.-----

Por último, o vereador Pedro Lobo, sobre o problema que estávamos a passar, com a pandemia e doença do Covid-19, procedeu à leitura e apresentação da proposta do PSD:----

“O PSD de Sever do Vouga, como já mencionámos, neste combate não é oposição, é colaboração. Neste sentido e na sequência das propostas enviadas por e-mail no passado dia 21 de março, a vereação do PSD propõe a adoção de várias medidas tendentes a aliviar as Famílias, as Associações e as instituições de Sever do Vouga.-----

Atendendo ao contexto nacional relacionado com a pandemia Covid-19 e de acordo com as notícias que têm vindo a público, bem como os desenvolvimentos e previsões para esta crise sanitária, o PSD Sever do Vouga, manifestando a sua disponibilidade de servir as pessoas sempre, propõe três medidas que considera fundamentais no âmbito da Educação do 1.º Ciclo e Educação Pré-Escolar, que são da competência do Município.-----

Assim, propomos:-----

Alimentação: A verba que seria despendida no apoio às famílias durante a atividade letiva nas refeições escolares, deve continuar a servir as famílias em género monetário ou em bens alimentares no mesmo valor.-----

Transportes: A verba que seria gasta na prestação deste serviço poderá ser reinvestida em apoio às famílias que se venham a identificar com desvantagem no acesso digital à educação e/ ou em outros serviços de apoio ao ensino à distância.-----

Equipamentos: Usar os equipamentos tecnológicos existentes nas escolas (agora fechadas) para suprir e prestar apoio na área da educação e ensino à distância. Prestar apoio técnico às famílias e aos docentes. Os Tablets que foram adquiridos é apenas um exemplo.-----

Para todos os anos, estabelecer um diálogo e em articulação com a Direção do Agrupamento de Escolas criar um plano de ação que possa articular o esforço de todos na resposta aos alunos do de todos os anos no âmbito das competências e responsabilidades do Município nos vários níveis de ensino.-----

Associações: De forma a aliviar o tecido associativo, propomos um apoio extraordinário, com valor a definir, às Associações e Clubes com atividade regular no Concelho.-----

Fornecedores: Proceda ao pagamento imediato a todos os fornecedores.-----

Empresas do concelho: Tendo presente as recomendações da OMS e da DGS, que a partir da passada semana recomendam o uso de máscaras, que se soma ao uso recorrente de gel desinfetante, deve a Câmara encetar contatos com empresas do concelho, ou voluntários organizados, por forma a avaliar a possibilidade da sua produção e conseqüente distribuição gratuita por todos os munícipes, e em quantidades maiores por aqueles que têm que se deslocar a tratamentos médicos. O mesmo deve acontecer com outro material de proteção, que se considere necessário, para profissionais de saúde, bombeiros, funcionários de IPSS e todos aqueles que pelas suas atividades estejam mais sujeitos ao perigo de contaminação, nomeadamente viseiras, máscaras, batas impermeáveis, capuzes, botas ou perneiras.-----

Nota: Caso as empresas do Concelho não estejam preparadas para este fabrico, os equipamentos devem ser adquiridos onde se encontrarem disponíveis.-----

Todos os custos associados à compra e distribuição destes materiais deve ser suportado pela Câmara Municipal.-----

Deverá a Câmara Municipal delinear uma estratégia para cumprimento integral do Despacho n.º 4097-B/2020.-----

O presidente da Câmara informou que a maior parte do conteúdo da proposta já estava acionada, nomeadamente a questão dos equipamentos nas escolas, sendo que os tablets disponibilizados às escolas já estarão a ser utilizados por aqueles que têm necessidade. Todo o resto, da parte da educação, será o Ministério da Educação a dar continuidade à situação. Mais disse que iria responder, por escrito, à proposta apresentada pelo PSD.-----

-----Período da Ordem do Dia-----

Apoio ao Arrendamento Urbano – Abertura de Período de Candidatura: - O órgão executivo aprovou, por unanimidade, a abertura de um período de candidaturas, entre 10 de abril a 31 de maio de 2020, para apoio ao arrendamento urbano para fins habitacionais.-----

A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Apoio às Coletividades – Prolongamento da Data de Candidatura: - De acordo com a proposta apresentada pelo presidente da Câmara Municipal, e tendo em conta o prolongamento das medidas de prevenção tomadas contra a doença do COVID-19, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o prolongamento da data limite para a entrega das candidaturas ao Apoio ao Desenvolvimento Cultural, Social, Recreativo e Desportivo ao Associativismo do Concelho até ao dia 15 de julho de 2020.-----

A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Auto de Medição n.º 4 da Empreitada “Travessa da Variante de Cedrim – Alargamento e Pavimentação”: - Foi apresentado o auto de medição n.º 4 da empreitada “Travessa da Variante de Cedrim – Alargamento e Pavimentação”, de trabalho contratual, no valor de € 2 685,00 (dois mil, seiscentos e oitenta e cinco euros), acrescido do IVA, tendo o mesmo sido aprovado por maioria.-----

A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte;
Abstenções - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

Auto de Medição de Trabalhos a Menos n.º 1 da Empreitada “Travessia da Variante a Cedrim – Alargamento e Pavimentação”: - Foi apresentado o auto de medição de trabalhos a menos n.º 1, da empreitada “Travessa da Variante de Cedrim – Alargamento e Pavimentação”, no valor de €729,50 (setecentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos), tendo o mesmo sido aprovado por maioria.-----

A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte;
Abstenções - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

Processo Disciplinar Comum n.º 1/2019 – Decisão: - Depois de apresentada a proposta pelo presidente da câmara municipal, intervieram os vereadores, contestando alguns aspetos do relatório final do instrutor, designadamente na forma como é enquadrada a ausência, que pareceu pontual, de alguns minutos, no dia dos acontecimentos, com uma falha de assiduidade ou pontualidade. -----

Sabendo-se que, no passado, o dever de pontualidade consistia na “comparência” ao serviço nas horas determinadas, e, o dever de assiduidade, consistia em comparecer “regular” e “continuamente” (art.º 3º do Decreto-lei n.º 24/84, de 16 de janeiro). -----

Sabendo-se que, atualmente, o dever de assiduidade e pontualidade se traduz na comparência ao serviço com regularidade e continuidade e nas horas que estejam designadas – n.º 11 do art.º 73º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

Sabendo-se que o dever de assiduidade e pontualidade, comumente, se relaciona com a apresentação do trabalhador ao serviço. -----

Sabendo-se que, “o dever de assiduidade está relacionado com a diligência que o trabalhador coloca na realização da sua atividade”, onde “as faltas do trabalhador, quando não justificadas, apenas representam um incumprimento parcial do contrato, a consequência uma mera redução do salário na medida correspondente”. (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 637/08.0TTBRG.P1.S1) -----

Sabendo-se que, subsidiariamente, são aplicadas as normas do Código do Trabalho, onde se prevê a possibilidade da perda de remuneração correspondente ao período de ausência, sem contagem na antiguidade do trabalhador. e-----

Sabendo-se que, “a ausência de trabalhador do local em que devia desempenhar a atividade durante o período normal de trabalho diário” é considerada com uma falta (art.º 133º da Lei 35/2014), que pode ser justificada ou injustificada e, neste último caso, passível de ação disciplinar (o que não foi o descrito no relatório).-----

Deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, devolver o relatório final ao instrutor para uma revisão do enquadramento da acusação em função da(s) irregularidade(s) eventualmente cometidas pela trabalhadora e constatadas em sede do processo, com vista à sua reformulação e submissão ao órgão competente para a aplicação da sanção disciplinar.

Votação: António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte, votaram a favor.-----

Reforço de Sinalização no Jardim de Infância de Talhadas: - De acordo com a informação elaborada pelo serviço de obras públicas, na sequência do pedido apresentado pela Junta de Freguesia de Talhadas, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a colocação de um sinal vertical I8 (aproximação de travessia de crianças) e um sinal vertical C13 (proibição de exceder a velocidade máxima de 50), substituindo-se a sinalização H7 (passagem para peões), na Rua da Escola, em Talhadas.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro, conjugada com o n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte, votaram a favor.-----

Aquisição Amigável de Terreno da Empreitada “Alargamento da Rua da Portelada – Dornelas”: - Foi presente e analisado o seguinte auto de aquisição amigável de terreno, para a empreitada “Alargamento da Rua da Portelada – Dornelas”, pela via do direito privado, cujas diligências foram efetuadas pelo vereador Raul Duarte, assumindo a Câmara, por unanimidade, a satisfação dos encargos que dele constam:-----

- de Rogério dos Santos Espírito, NIF 172220971, a cedência gratuita de uma parcela de terreno com 16,5m², do prédio urbano inscrito sob o artigo matricial 1159, da União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas.-----

Votação: António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte, votaram a favor.-----

Auto de Medição n.º 26 da Empreitada “Centro Escolar de Sever do Vouga”: - Foi apresentado o auto de medição n.º 26 da empreitada “Centro Escolar de Sever do Vouga”, de trabalho contratual, no valor de €90 410,66 (noventa mil, quatrocentos e dez euros e sessenta e seis cêntimos), acrescido do IVA, tendo o mesmo sido aprovado por maioria.----

A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenções - Paulo Martins e Pedro Lobo; Contra – Ricardo Silva.-----

Auto de Receção para Efeitos de Libertação de Caução da Empreitada “Gestão de Combustíveis Florestais” (autos 12 e 13): - A Câmara Municipal aprovou, por maioria, o auto de receção, para efeitos de libertação da caução, da empreitada “Gestão de Combustíveis Florestais”, uma vez que o trabalho contratual foi executado e foram lavrados os autos de medição n.ºs 12 e 13.-----

A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenções - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

IPSS – 2º Adiantamento do Subsídio Anual: - De acordo com a proposta apresentada pelo presidente da Câmara Municipal, o órgão executivo ratificou, por unanimidade, o adiantamento da segunda prestação do subsídio anual, às IPSS do concelho, no montante aprovado no ano de 2019.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea u), do n.º 1 do Anexo I do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte, votaram a favor.-----

Isenção Temporária da Tarifa de Estacionamento: - Atendendo à situação atual de prevenção contra a doença COVID-19, a Câmara Municipal ratificou, por unanimidade, a isenção do pagamento da tarifa de estacionamento nas zonas condicionadas.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea rr), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte, votaram a favor.-----

Centro Escolar de Sever do Vouga – Trabalhos a Mais: - Foram apresentadas as informações técnicas relacionadas com os seguintes trabalhos a mais para a empreitada do “Centro Escolar de Sever do Vouga”:------

- Informação 05/OP (muro sustentação cemitério) no valor de €70 315,05;-----
- Informação 06/OP (valeta em betão) no valor de €3 106,46;-----
- Informação 07/OP (subida muro 7) no valor de €10 221,87;-----
- Informação 08/OP (poço captação água) no valor de €3 825,00;-----
- Informação 09/OP (colchão drenante no arruamento) no valor de €9 503,46;-----
- Informação 09-A/OP (colchão drenante no arruamento) no valor de €2 924,45;-----
- Informação 10/OP (desvio linha água) no valor de €31 158,99;-----
- Informação 11/OP (porta da biblioteca) no valor de €1 450,00;-----
- Informação 12/OP (muro cemitério) no valor de €64 777,00;-----
- Informação 13/OP (alteração do quadro elétrico) no valor de €6 633,32;-----
- Informação 17/OP (registos corta-fogo) no valor de €8 775,93;-----
- Informação 18/OP (condutas AVAC) no valor de €2 924,45.-----

O presidente da Câmara disse que os trabalhos mais urgentes estavam relacionados com os muros do cemitério e da rampa da ribeira, de modo a repor estabilidade de dois taludes principais do Centro Escolar. -----

Paulo Martins disse que esse trabalho tinha de constar do projeto porque sempre existiu muita água naquela zona. -----

O presidente da Câmara explicou que os primeiros muros estavam no projeto, só que, entretanto, quando começaram as escavações, surgiu esse problema, isto é, o aparecimento de muita água por todo o lado. -----

Paulo Martins disse ser recorrente haver sempre uma renegociação dos preços que leva a que haja uma poupança do orçamento inicial, à volta dos 40%. Perguntou se isso era uma prática comum.-----

O presidente da Câmara explicou que, quando as empreitadas surgem, os preços são dados no global e, na altura em que estão para fazer trabalhos urgentes ou trabalhos a mais, os preços apresentados pelos empreiteiros são muito elevados, pelo que se recorre a um pedido de redução em relação ao valor inicial da obra. -----

Paulo Martins perguntou sobre a criação de uma porta nova para a biblioteca. -----

O presidente da Câmara explicou que o Ministério da Educação tinha emitido parecer favorável em relação ao projeto inicial, mas, depois, em obra, foi constatado haver necessidade de se proceder a uma alteração para que a biblioteca pudesse respeitar os requisitos exigidos pela rede nacional de bibliotecas escolares.-----

Pedro Lobo afirmou que a maior parte dos trabalhos referidos não se tratavam de trabalhos a mais, mas sim, de alterações ao projeto, ou seja, estariam previstos de uma forma e foram alterados.-----

O presidente da Câmara disse que não era propriamente assim, pois, em relação à condução das águas, a alteração foi feita por imposição da APA.-----

Pedro Lobo perguntou como é que era possível aceitar preços muito acima do mercado, com base na urgência, quando aquela empresa tinha tido mais de trezentos dias de prorrogação de prazo.-----

O presidente da Câmara disse que havia questões de emergência relacionadas com as condições do cemitério, que chegou a estar, numa altura, com grande ameaça de derrocada de um lado, portanto, ou se avançava, ou se corria o risco de o cemitério desabar.-----

Pedro Lobo disse não poder concordar com a forma como isso tinha sido feito.-----

Depois de concluídas as intervenções e de colocada a proposta à votação, constatou-se que a Câmara Municipal aprovou, por maioria, os trabalhos a mais, no valor total de €215 615,98 (duzentos e quinze mil, seiscentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos), da empreitada do “Centro Escolar de Sever do Vouga”.-----

De igual forma, foi aprovada a minuta do adicional ao contrato. -----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte;
Contra - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

Apóios ao Associativismo – Adiantamento: - Tendo em conta a situação atual de tesouraria de algumas associações do concelho, que também são afetadas com a situação atual que o país está a viver com o COVID-19, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o pagamento adiantado de uma parte do subsídio anual tendo por base o valor atribuído no ano passado, sujeito a retificação após a apresentação das candidaturas e atribuição do valor final do subsídio que poderá ser aprovado, nos termos do regulamento em vigor.-----

ACRPV - Associação Cultural Recreativa Pessegueiro do Vouga	2 250,00 €
Agrupamentos de Escuteiros 1286 de Rocas do Vouga	500,00 €
Águias da Mouta	200,00 €
AHT – Associação Humanitária de Talhadas	500,00 €
APCDI - Associação de Pais de Crianças Deficiente Integrado	2 500,00 €
APENESEV – Associação Pais Enc. Ed. Núcleo Sever do Vouga	400,00 €
Associação Apoio Humanitário Cedrinense	750,00 €
Associação Cultural e Desportiva de Dornelas	750,00 €
Associação Cultural e Social de Couto Esteves	450,00 €
Associação de Artesãos de Sever do Vouga	500,00 €
Associação de Pais de Cedrim	300,00 €
Associação de Pais de Pessegueiro do Vouga	300,00 €
Associação de Pais de Rocas do Vouga	300,00 €
Associação de Pais de Silva Escura	300,00 €
Associação de Pais de Talhadas	300,00 €
Associação Desportiva Cultural e Recreativa Senhorinhense	750,00 €
Associação Desportiva de Carrazedo	300,00 €
Associação Desportiva e Cultural de Lourizela	750,00 €
Associação dos Colaboradores do Município de Sever do Vouga	300,00 €
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga	17 500,00 €
Associação Irmãos Unidos de Talhadas	200,00 €
Associação Pais Esc. Básica e Secundária de Sever do Vouga	750,00 €
Associação Pais Escola e Jardim de Paradela	250,00 €
Associação Sempre Escola	300,00 €
Associação SeVerde	300,00 €
Associação Social Cultural Recreativa e Desportiva da Macida	300,00 €
Banda Filarmónica Severense	2 500,00 €
BUMP – Banda União Musical Pessegueirense	2 500,00 €
Cáritas Paroquial de Sever do Vouga	250,00 €
CDC- Centro Desportivo e Cultural de Paradela	400,00 €
Centro de Recreio e Cultura de Rocas do Vouga	2 750,00 €
Centro Social de Apoio À Criança e ao Jovem de SV	3 000,00 €
Centro Social Paroquial Maria da Gloria	2 500,00 €
Clube de Caça e Pesca de Rocas e Couto de Esteves	300,00 €
Clube Desportivo Recreativo da Silveira	300,00 €
Clube Recreativo Cultural de Talhadas	425,00 €
Encosta da Oliveira - Associação Desenvolvimento Humano	500,00 €
Fundação Bernardo Barbosa de Quadros	2 500,00 €
Fundação Edite Costa Matos – Mão Amiga	1 500,00 €
Grupo Desportivo e Social Silvaescurense	750,00 €
Grupo Típico de Talhadas	750,00 €
Idealizar e Concretizar – Associação	400,00 €

JAP - Juventude Académica Pessegueirense	2 500,00 €
Jovouga	1 000,00 €
LANCE – Liga dos Amigos Naturais de Couto Esteves	425,00 €
Landsdsever	375,00 €
Liga dos amigos do Centro de Saúde se Sever do Vouga	300,00 €
Liga dos Amigos do Folharido e Braçal	400,00 €
Mimos e Tratos	600,00 €
Rancho Folclórico de Sever do Vouga	750,00 €
Rancho Folclórico Infantil Florinhas de Silva Escura	750,00 €
Rotary Club de Sever do Vouga	750,00 €
Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga	2 500,00 €
Severfintas	1 000,00 €
SEVERI	750,00 €
Turma dos Melhores	750,00 €
Viking Kayak Clube	250,00 €
Vouga Sport Clube	2 000,00 €

Votação: António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte, votaram a favor.-----

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga – Subsídio

Extraordinário: - Considerando o facto de a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga ter decidido manter três equipas em funcionamento permanente e não recorrer ao lay-off, durante o período de estado de emergência, e tendo em conta que a situação atual não permite a realização um serviço remunerado, através do transporte de doentes, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a atribuição de um subsídio no valor de €40 000,00 (quarenta mil euros), a pagar:-----

- 85% a título de adiantamento, após assinatura do protocolo;-----
- 15% contra a entrega de relatório com o valor das despesas assumidas no período do estado de emergência e contra a entrega obrigatória do documento comprovativo do RCBE – Registo Central do Beneficiário Efetivo.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea u), do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 7º do Programa para a Concessão de Apoios ao Desenvolvimento Cultural, Social, Recreativo e Desportivo ao Associativismo do Concelho.-----

Votação: António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte, votaram a favor.-----

Auto de Receção para Efeitos de Libertação de Caução da Empreitada “Gestão de

Combustíveis Florestais” (auto 14): - A Câmara Municipal aprovou, por maioria, o auto de receção, para efeitos de libertação da caução, da empreitada “Gestão de Combustíveis Florestais”, uma vez que o trabalho contratual foi executado e foi lavrado o auto de medição n.º 14.-----

A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte;

Abstenções - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

“Remodelação do Edifício Sede do Município de Sever do Vouga” – Prorrogação de Prazo:

- Foi presente um ofício da empresa ASO Construções, Lda., a solicitar a prorrogação do prazo da empreitada “Remodelação do Edifício Sede do Município de Sever do Vouga”, por um período de 60 dias, atendendo ao atual estado de emergência provocado pela doença COVID-19, que está a provocar o atraso de entrega de alguns equipamentos provenientes do estrangeiro e, ainda, a recusa, por parte de alguns subempreiteiros, de trabalhar na obra como medida preventiva.-----

O presidente da Câmara explicou que, embora a parte da construção estivesse praticamente pronta, faltavam alguns equipamentos que não foram fornecidos a tempo face à situação atual.-----

Pedro Lobo disse que, na reunião de Câmara de 12 de fevereiro 2020, onde foi concedida a primeira prorrogação de prazo, a informação dos serviços técnicos citava que as obras estavam a decorrer a bom ritmo e que se previa que a parte da construção civil terminasse dentro do prazo, ou seja, 23 de fevereiro, mas que havia várias entidades externas, que não fazem parte do contratado, e com influência direta nos trabalhos, cujo planeamento os ultrapassava e que a informação agora apresentada fazia referência ao período conturbado provocado pela pandemia COVID-19 e que algumas das equipas dos subempreiteiros que se encontram a executar os trabalhos se recusam a trabalhar como medida preventiva, ou seja, na sua opinião, “a bota não batia com a perdigota”.

O presidente da Câmara disse estarem a faltar os retoques finais de construção resultantes da reposição da EDP e da colocação de cabos e da reposição de buracos, ou seja, as saídas dos equipamentos, sendo que, o resto da construção está feita.

Pedro Lobo perguntou se era necessária uma prorrogação de 60 dias para esses trabalhos.

O presidente da Câmara explicou que sim, uma vez que não se sabia quando iriam chegar os elementos em falta.

Pedro Lobo disse que os prazos eram figurativos na Câmara Municipal e que não sabia que empreiteiro, a partir de agora, fosse ter o cuidado de cumprir um prazo, pois podia sempre pedir adiamentos. Mais disse não poder concordar com a permanente prorrogação de prazos. O presidente da Câmara disse tratar-se de uma figura da lei.

Por fim, Pedro Lobo disse que o presidente tinha de representar o dono da obra e que se entendia que se podia fazer a obra em mais tempo, de certeza que tinha recebido melhores propostas e as coisas não seriam assim.

Paulo Martins interveio para perguntar se tinham tido em conta a Lei n.º 4-A/2020, 6 de abril, sobre suspensões.

Analisado o pedido e informação exarada pelo técnico superior das obras públicas, a Câmara Municipal aprovou, por maioria, conceder a prorrogação do prazo até ao dia 31 de maio de 2020.

A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Contra - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.

“Qualificação do Espaço Público – 2ª Fase” – Prorrogação de Prazo: - Foi presente um ofício da empresa ASO Construções, Lda., a solicitar a prorrogação do prazo da empreitada **“Remodelação do Edifício Sede do Município de Sever do Vouga”**, por um período de 60 dias, atendendo ao atual estado de emergência provocado pela doença COVID-19, que está a provocar o atraso de entrega de alguns equipamentos provenientes do estrangeiro e, ainda, a recusa, por parte de alguns subempreiteiros, de trabalhar na obra como medida preventiva.- Pedro Lobo alertou para o facto de, mais uma vez, a informação técnica não estar assinada, situação para a qual tinha alertado várias vezes.

Analisado o pedido e informação exarada pelo técnico superior das obras públicas, a Câmara Municipal aprovou, por maioria, conceder a prorrogação do prazo até ao dia 01 de junho de 2020.

A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Contra - Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.

IPSS – Análises ao SARS 2 (Covid-19): - De acordo com a proposta apresentada pelo presidente da Câmara Municipal, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, autorizar o pagamento dos encargos suportados pelas IPSS do concelho, para a realização de testes de rastreio ao SARS 2 (COVID-19) ao pessoal e utentes daquelas instituições, que se estimam em aproximadamente €25 000,00 (vinte e cinco mil euros), em forma de apoio.

Pedro Lobo perguntou se os testes em causa eram os testes realizados na Avelab.

O presidente da Câmara respondeu que sim, pois os outros não são vendidos ao público e que, se não fossem detetados anticorpos, essas pessoas eram logo encaminhadas para a saúde e, possivelmente, teriam de fazer o outro teste. Testando positivo e não havendo sintomas, nessa altura, a pessoa é isolada e tratada como doente.

Elisabete Henriques disse que, quando os testes apresentam resultados de imunidade, isso significa que a pessoa não vai ser afetada e, para as instituições (IPSS), isso é muito importante para saber quem pode continuar a trabalhar sem correr riscos.

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Votação: António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte, votaram a favor.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----
